

Editorial

Mais uma edição da Revista Movimento e outra vez voltamos a ocupar o espaço editorial com um assunto que já nos referidos inúmeras vezes: a avaliação dos periódicos científicos da área de conhecimento educação física. Como em editoriais anteriores, reafirmamos, de plano, nossa inconformidade não só com o lugar ocupado pela Revista Movimento, mas também com o processo que leva determinado periódico a estar na classificação “X” ou “Y”. Trata-se de um processo cartorial, onde ilustres membros da comunidade científica da educação física examinam, de modo “objetivo”, entre outros pontos, se um periódico está indexado aqui ou acolá, se a data de recebimento de um artigo e a data de sua publicação há um período de tempo suficiente que permita ao avaliador intuir se o artigo foi bem ou mal avaliado e por fim a chamada qualidade do conteúdo. Se a revista é lida por um forte segmento da comunidade científica, se os autores que nela publicam são importantes pesquisadores nacionais e estrangeiros que a ela confiam a publicação de suas pesquisas e mesmo a sua perspectiva histórica, isto não está em questão, pois os critérios de avaliação são vinculados à posição de uma parcela da comunidade que – de algum lugar – estabelecem/definem se uma revista é ou não “de qualidade”.

O que não se discute de modo amplo é: Quem decide quem é o sujeito que avalia? Como ele avalia e o que de fato é o objeto de avaliação? O que é um periódico científico de qualidade para a área de conhecimento educação física? Sobre isto, a sociologia da ciência já nos ensinou que os interesses e o jogo de forças presentes em qualquer área do conhecimento fazem parte da constituição do que é “a boa ciência” em qualquer contexto. No caso da Educação Física – e em particular, no que se refere aos seus periódicos -, estes aspectos não devem ser levados em conta? Ora, a educação física é uma área de conhecimento multidisciplinar e nela estão incluídos

pesquisadores de diferentes procedências disciplinares. Se um processo de avaliação como a construção do Qualis não contempla a representação da extensão da área e acaba hipertrofiado em um determinado segmento, não são muitas as possibilidades: ou esse processo está enviesado e precisa ser corrigido, ou está na hora dos segmentos sistematicamente discriminados refletirem sobre um processo de divisão e separação dessa área.

Estas são algumas considerações que precisam ser feitas, num momento em que estes temas atravessam a vida de uma comunidade, na qual a revista Movimento se insere, e para a qual nosso periódico se propõe a contribuir.

E é nesta perspectiva que continuamos o nosso trabalho, com um novo número da Revista movimento, agora tendo como temática central, o gênero. Surgido na década de 70, no contexto anglo-saxão, a partir de algumas vertentes da denominada segunda onda feminismo, o termo gênero possibilitou a emergência de uma produção acadêmica larga e importante cuja centralidade está na afirmação primeira de que não é apenas o sexo (biológico) que estabelece diferenças entre homens e mulheres mas, também, aspectos sociais, históricos e culturais. Portanto o que compreendemos por feminilidade e masculinidade são construções culturais produzidas por diferentes grupos sociais em diferentes tempos e espaços.

Incorporado à produção teórica da Educação Física brasileira, em especial a partir dos anos 80 do século XX, “gênero” tem sido abordado por diferentes autores e autoras a partir de distintas concepções. Essa pluralidade evidencia-se, também, nas diversas teorizações que se consolidam a partir do que designou intitular de “estudos de gênero”.

Neste número da Revista Movimento, é possível identificar várias perspectivas teóricas a embasar as pesquisas que tematizam gênero. No entanto, algo em comum está presente nestes textos: a compreensão que ao utilizar o gênero como uma categoria analítica está se rompendo com a afirmação de que é o biológico do

corpo, a causa primeira das diferenciações que se atribuem no campo das práticas corporais e esportivas a homens e mulheres. Mais ainda: evidenciam que essas práticas são instâncias a produzir a generificação dos corpos, ou seja, marcam nos sujeitos representações de masculinidades e feminilidades.

Contribuem com essa edição os seguintes autores: Miriam Adelman, Paula Silva, Paula Botelho Gomes, Paula Queirós, Ileana Wenzel, Marco Paulo Stigger, Atos Prinz Falkenbach, Greice Drexler, Carlos Nazareno Ferreira Borges Simone Magalhães Lopes, Cláudia Aleixo, Fábio Padilha Alves, Roger Hansen, Alexandre Fernandez Vaz, Karine Dalcin, Silvana Vilodre Goellner, Jeane Barcelos Soriano, Pedro José Winterstein e Angelita Alice Jaeger.

Os editores